

Dimensões do associativismo voluntário no cenário das relações entre saúde, pobreza e doença

The dimensions of volunteer associativism in the scenario
of the relationships amongst health, poverty and disease

Martha Cristina Nunes Moreira¹

Abstract *The present article discusses the theme of volunteer associativism based on the theoretical foundation of the theory of donation (1960). In his empirical base are the primary data of a research carried out with leaders and/or founders of 14 Brazilian voluntary associations identified by a common action philosophy. The discussion analyzes the accomplishments of those associations and other voluntary actions also arisen in the 90s in Brazil. The necessity of anchoring to volunteer initiatives the perspective of circuit of exchange, proximity and reciprocity is highlighted in order to avoid relapses to merit actions which reactivate philanthropy and dependence is highlighted as a central conclusion.*

Key words *Volunteer work, Theory of gift-giving, Child and adolescent tertiary health care, Social networks*

Resumo *O presente artigo trabalha com a temática do associativismo voluntário tomando por base o aporte teórico da teoria da dádiva (1960). Em sua base empírica, estão os dados primários advindos de uma pesquisa realizada com dirigentes e/ou fundadores de catorze associações voluntárias brasileiras identificadas por uma filosofia de ação comum. A discussão analisa a ação dessas associações e outras ações voluntárias também surgidas no cenário brasileiro da década de noventa do século XX. Destacamos como conclusão o fato de que às iniciativas voluntárias é preciso ancorar a perspectiva de um circuito de trocas, de proximidade e reciprocidade, às custas de recairmos em ações de benemerência, que reativam a filantropia e a dependência.*

Palavras-chave *Voluntariado, Teoria da dádiva, Atenção terciária à saúde infanto-juvenil, Redes sociais*

¹ Programa Saúde & Brincar, Departamento de Pediatria, Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Rui Barbosa 716/5º andar, Flamengo. 22250-020 Rio de Janeiro RJ. moreira@iff.fiocruz.br

Introdução

As políticas públicas funcionam como mediadoras das relações e demandas entre o Estado e os cidadãos¹. No entanto, outros mediadores podem reativar as funções da solidariedade social, na direção de segmentos da população atingidos pela pobreza e/ou por doenças que acentuam suas condições de exclusão social. Como exemplo desses mediadores, situamos o circuito de sociabilidade acionado pelo associativismo voluntário, objeto desse artigo. A fim de qualificar a presente reflexão, optamos por associar aos dados primários advindos de uma pesquisa com um grupo de catorze associações brasileiras reconhecidas como “Res”² às reflexões derivadas da pesquisa conduzida por Magalhães³ acerca da “Ação da Cidadania Contra A Fome, a Miséria e pela Vida”. Essa associação pontual nos permite o trabalho com dois campos de experiências associativas voluntárias que compartilham seu início no mesmo momento político, a década de noventa, e se engajam em um contexto de construção de ações alternativas e/ou politicamente engajadas ao enfrentamento da pobreza, da doença, da fome e da miséria.

Essas experiências associativas e voluntárias surgem no contexto brasileiro no cenário da década de noventa, em que o mecanismo participativo é resgatado, com o incentivo ao protagonismo dos cidadãos⁴, nas dinâmicas representativas em conselhos (saúde, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente), fundos municipais de saúde e até mesmo nas discussões sobre a gestão dos recursos municipais (o orçamento participativo). Na perspectiva da política oficial, e da letra constitucional, esse é o retrato de um incentivo a uma cultura de descentralização e participação cidadã. Ao mesmo tempo, acontece todo um movimento da sociedade civil, que articulado ou não ao Estado, investe na experiência cívica se engajando no discurso oficial da solidariedade, do “fazer a sua parte”. Esse discurso ecoa na crise de um Estado que não consegue efetivamente operar com sua função de inclusão social, redistribuição de renda e garantia de direito de acesso à saúde no seu sentido ampliado, articulada à melhoria das condições de vida.

Ganha destaque nesse artigo a experiência dos “Res”: um grupo de associações brasileiras identificadas pela filosofia de prestar apoio social às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que são usuárias de hospitais públicos brasileiros, e em função da pobreza têm seus quadros de saúde agravados, internando e reinternando

com frequência, com risco de morte. A interve-niência da doença em uma criança da família agrava as situações de vulnerabilidade a que determinados grupos sociais estão expostos, principalmente os mais pobres, ficando ressaltada nesse contexto as situações de chefia feminina e de feminização da pobreza nas famílias em que a doença da criança se desenvolve crônica e gravemente. Esses grupos pobres compõem o cotidiano dos hospitais públicos que tem uma das catorze associações “Res” a eles ancorados. Esse cotidiano visível para quem tem contato com ele – sejam profissionais, sejam usuários, sejam as associações – ainda sofre com efeitos de invisibilidade ou desconhecimento por parte do poder público. Na ação das associações, ganha destaque a voluntariedade e a solidariedade como expressões políticas e organizadas do circuito da dádiva em nossa sociedade, articulando os níveis macro e micropolíticos, quais sejam: por um lado, uma estrutura de desigualdade social que se associa às relações históricas de exclusão dos segmentos pobres e desprivilegiados, e, por outro, a realidade particular de determinados segmentos da população, no caso de nosso estudo, crianças pobres e doentes referidas aos hospitais públicos brasileiros, que por meio da ação voluntária organizada ganham visibilidade em um circuito de dádiva⁵ que baseia mecanismos de sociabilidade permitindo o engajamento cívico e o aprendizado associativo.

De ações da sociedade civil: uma interface entre política, saúde e pobreza

As condições de saúde encontram-se entrelaçadas às condições de vida, à situação de pobreza e de exclusão, como afirma Barros⁶. Sendo assim, as relações entre saúde/pobreza/exclusão estão intrinsecamente relacionadas às condições estruturais de organização econômica e social de uma sociedade, e se agravam em períodos de crise econômica e quando se esvaziam os investimentos nas áreas sociais. No cenário brasileiro, as situações de pobreza em segmentos da sociedade mobilizam formas alternativas de ação social – como exemplo, temos a ação contemporânea dos “Res” e da “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” – que baseadas no discurso da solidariedade procuram fortalecer as dimensões de vida dos segmentos populacionais, empobrecidos, famintos e adoecidos. A ação dos “Res” se articula como uma rede de apoio voluntária (a Rede Saúde-Criança), cuja ação muitas das vezes

é questionada. Essas críticas dirigem-se ao alcance dessa ação voluntária na transformação das situações de dependência, e na possibilidade de gerar efeitos mais permanentes de autonomia e de independência para a clientela assistida.

Outra interrogação diz respeito ao seu potencial articulador com o Estado, o estímulo e cobrança de políticas públicas que cumpram dispositivos constitucionais que reafirmem a equidade, o acesso e a integralidade à saúde. As ações em saúde mobilizadas por associações como os “Res” apontam para a necessidade de perspectivas intersetoriais que se articulam com as áreas de geração de renda, habitação, alimentação e educação.

Para além das críticas a essas relações com o Estado e as transformações no espectro político, as ações dos “Res” induzem à perspectiva do circuito de dádivas⁵, às relações de maior proximidade entre os próprios voluntários, e os voluntários e os assistidos, onde a tríade dar/receber/retribuir gera obrigações recíprocas, compromissos que permitem a articulação entre macro e micropolítica, na direção de uma inovação associativa². Já na Ação da Cidadania, ganha destaque seu caráter de movimento, de mobilização nacional como um tema de forte apelo e visibilidade política, enquanto uma ação campanhista.

A necessidade de cultivar as relações de proximidade entre associados/assistidos/voluntários caracteriza a cultura associativa dos “Res”. Nesse sentido, o crescimento do grupo de pessoas envolvidas e interessadas nessa metodologia, e que é alvo das campanhas de recrutamento para participar do voluntariado, induz a um “impulso de institucionalização”, com a introdução de elementos organizacionais e metodológicos que originalmente não caracterizam as relações dos pequenos grupos que nascem das relações informais entre seus membros. Essa consideração demarca um dos dilemas vivenciados por alguns dos “Res” entre crescer/institucionalizar e perder sua qualidade original do vínculo de proximidade.

A organização associativa dos “Res” se beneficia das relações diretas, que se multiplicam através das redes informais de conhecimento e reconhecimento que possibilitam o recrutamento e o engajamento de novos voluntários, associados e/ou colaboradores. A ação dessas associações opera com mecanismos mais diretos, que recorrem à “sociabilidade como forma lúdica dos problemas éticos e de suas soluções”⁷. Em Simmel⁷, identificamos referências nessa discussão de sociabilidade que podem se reunir à perspectiva do circuito de dádivas^{5,8} que institui as relações entre

os homens, e que em nossa análise está no cerne das necessidades associativas de grupos como os “Res”: *Quando nos atemos ao impulso sociável como fonte ou também como substância da sociabilidade, vemos que o princípio segundo o qual ela se constitui é: cada qual deve satisfazer esse impulso à medida que for compatível com a satisfação do mesmo impulso nos outros. Expressando esse princípio a partir do êxito, e não do impulso nos outros [...] cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo.* Ou seja, identificamos na base da organização associativa voluntária, institucionalizada nos “Res”, a necessidade de resgate de um circuito de dádivas, porque esse circuito tem em sua base o resgate de valores fundamentais, que não só retornam materialmente para os assistidos, na forma das doações, auxílios e contribuições para a recuperação e manutenção da saúde das crianças, adolescentes e suas famílias assistidos pelos “Res”, mas oferecem aos voluntários e aos próprios assistidos uma série de atributos fundamentais ao engajamento em relações de amizade e apoio.

Essa chamada para a qualidade de certa forma remete às qualidades de conteúdo e tipos de interação⁹ que sofrem transformações quando os grupos aumentam. Essas associações têm no trabalho de grupo uma característica essencial, e muito embora o “Re” se institucionalize, ele não deixa de ser esse “híbrido” onde convivem lado a lado ações extremamente finas, pensamentos gerenciais, fluxos de informações tecnologicamente administrados e uma informalidade das relações de amizade, vizinhança, familiaridade. Tais associações traduzem essa convivência entre o tradicional das relações face a face e a modernização que é requisitada para a sobrevivência através da busca de recursos em agências nacionais e internacionais. E ainda por meio de suas ações de representação funcional¹⁰ junto ao Ministério Público, eles tornam visíveis as demandas por saúde da clientela que assistem.

Experiências em interlocução: a Ação da Cidadania e a ação dos “Res”

Pesquisas recentes voltadas para o estudo de ações voluntárias engajadas no enfrentamento e transformação de determinadas situações de miséria e fome³ e outras dedicadas ao tema do apoio social^{2,11} não deixam de evocar o campo da cidadania, da sociabilidade dos grupos que se enga-

jam nessas ações, das ambiguidades do discurso da solidariedade e a perspectiva das redes sociais. No interior dessa discussão sobre vínculos sociais e ação voluntária, Andrade e Vaitsman¹¹ situam a ação de uma sociedade civil que não se encontra desmobilizada e apática, mas que se redescobre através das redes de solidariedade voltadas para a mobilização de recursos para segmentos desfavorecidos, reativando a solidariedade entre segmentos sociais diversos. As trocas presentes nessas redes valorizam as obrigações recíprocas e os laços de dependência mútua. A questão da doença e do compartilhamento de informações e questões relativas a esse campo possibilita o desenvolvimento de relações de autoajuda. O voluntariado estudado por Andrade e Vaitsman¹¹ está mais referido a essas relações mais diretas e identificatórias que reúnem pessoas em torno do que é comum. Muito embora as características da associação estudada pelas autoras diferenciem-se das associações no formato “Re”, ainda assim acreditamos ser importante referir esse estudo como mais um no conjunto dos esforços voltados para o estudo das associações voluntárias que nasceram e se tornaram viáveis no decorrer da década de noventa.

Já no estudo de Magalhães³, a fome enquanto um problema social urgente de ser solucionado mobiliza a iniciativa da “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” em 1993. O caráter nacional desse movimento, acrescentado de uma ação baseada em comitês voluntários, heterogeneamente constituídos, fortalece a perspectiva de uma ação em rede de solidariedade e ajuda mútua que tem como um de seus efeitos, além do combate à fome, propiciar a reconstrução de vínculos entre indivíduos e grupos sociais. Nessa direção, identificamos na “Ação da Cidadania” impulsionada por Betinho – um dos interlocutores mais citados por nossos entrevistados quando recontam a história de suas associações “Re” – um ponto a favor de nosso argumento de que essa ação solidária, além de provocar efeitos diretos na clientela que se propõe atender e no problema a ser enfrentado, tem um efeito não esperado, ou pelo menos não claramente formulado, que é o de gerar sociabilidades, através do trabalho em grupo. A identificação com uma causa mobiliza conteúdos afetivos e pessoais, desdobrando-se em ações em rede, no recrutamento de pessoas a partir de seu círculo de amigos e conhecidos, e também através da mídia.

Outro ponto importante no estudo de Magalhães³ e que nos serve como apoio reflexivo é a convivência da solidariedade com os conflitos

surgidos a partir da ação social. Esses conflitos tomados como alvo de reflexão revelam que ainda que a fome funcione com a “força de uma idéia síntese”, aproximando os que têm fome e aqueles que visam enfrentá-la, e ainda permita um consenso social acerca da indignidade de não ter o que comer, há uma urgência em superar apenas o fornecimento de alimentos. Ou seja, as associações “Re” preocupam-se com o apoio social, e ações de caráter urgente no enfrentamento da miséria e da doença, e também se voltam para a construção de uma autonomia possível para as famílias assistidas, na direção de uma responsabilização e aumento do grau de consciência sobre seus direitos de cidadania. Já na pesquisa de Magalhães³, é justamente a necessidade de criação de estratégias voltadas para a autonomia e cidadania dos pobres, pautadas na criação de postos de trabalho e inserção profissional, que se revela a partir da crítica aos limites da prática inicial de doação. Na base dessa cidadania a ser construída está a imagem de uma sociedade dividida, diferenciada, onde os laços sociais a serem construídos partem da ação contra a exclusão.

Assim como nas associações “Re”, a ação parte de uma relação de apoio social entre sujeitos pertencentes a condições sociais diferentes, e muitas vezes quem está melhor situado é quem provoca a representação e a cobrança de direitos para aqueles que não os têm – em um mecanismo clássico de representação funcional – , a “Ação da Cidadania” está voltada aos excluídos. Dessa forma, semelhantemente aos “Res”, o movimento contra a fome e a miséria se pauta nos valores tradicionais da gratuidade, da caridade e do altruísmo, mas sem deixar de articular a construção de formas mais ampliadas de solidariedade. Ou seja, na mesma conjuntura histórica da década de noventa do século XX, temos no Brasil o surgimento em 1991 da primeira associação no formato “Re”, a Associação Saúde-Criança Renascer, vinculada ao Hospital da Lagoa, e em 1993 o lançamento da “Ação da Cidadania”, ambos movimentos de articulação de pessoas, em grupos, baseados em uma perspectiva de rede, sendo que se os “Res” partem da ação institucional e a “Ação da Cidadania” tem como fundamento primeiro um movimento mais ampliado, e menos focalizado na clientela e na base de uma organização hospitalar como a associação “Re”. É interessante refletir sobre uma certa característica que atravessa as duas experiências: a perspectiva ampliada na ação que se pensa em rede, baseada em uma alteridade radical entre os grupos fundantes da ação e os que são alvo dela, e a possibilidade de

ao mesmo tempo haver doação e perspectiva de construção de cidadania para aqueles segmentos menos favorecidos. Outro ponto em comum diz respeito justamente ao perfil dos participantes na ação, predominando mulheres e grupos de indivíduos com pouca ou nenhuma história de engajamento em movimentos sociais.

Com relação ainda à pesquisa de Magalhães³, é interessante refletir sobre o fato de que a “Ação da Cidadania” surge sob a égide “campanhista”, ou seja, partindo da amplitude do problema e do contingente de famintos na população brasileira, havia que haver a urgência de uma ação ampliada. Essa característica ampliada serviu para aproximar aqueles que podiam ajudar daqueles que precisavam dessa ajuda, numa relação entre desconhecidos, numa alteridade radical. Essa base de desconhecimento entre as partes, em muito asentada nessa “doação a estranhos” distantes física, social e economicamente, acabou por gerar um distanciamento e uma despersonalização, que dificultava o estabelecimento de um circuito de dádiva². Isso porque na base da dádiva está o mecanismo de reciprocidade, fundador do vínculo social e a circulação de bens não só materiais como simbólicos e afetivos⁵. Se a distância entre doador e receptor fica tão ampliada, temos menos um circuito de circulação e mais uma unilateralidade que esvazia a dimensão mais perene do vínculo e da identificação com a ação. A “Ação da Cidadania” reviu o distanciamento, cadastrando os beneficiários para criação de postos de trabalho e cooperativas. Essa estratégia possibilitou a criação de laços e redes de proximidade, fortalecendo as ações comunitárias.

Retornando essa reflexão para os “Res”, é importante que se chame atenção para o fato de que no circuito da dádiva no interior dessas associações tanto identificamos o desconhecimento entre doador e assistido, quanto a proximidade entre a clientela e outros personagens da associação que não necessariamente são as pessoas que doam os alimentos, remédios, enfim, os bens materiais necessários à sobrevivência, mas funcionam cotidianamente no interior da associação enquanto mediadores afetivos, e pessoas que nos atendimentos diretos, nas atividades de recepção e de grupos com as famílias podem estabelecer vínculos mais pessoais, em que saber o nome, conhecer a situação social da família e acompanhar sua evolução possibilita fechar o circuito da dádiva. Quem se dedica voluntariamente à associação tem um papel fundamental na costura do circuito da dádiva, representa o doador e, ao mesmo tempo, recebe como bens

em troca os progressos da família assistida. Além disso, o voluntário presente na associação dedica-se a um cotidiano que lhe permite esse incremento de sociabilidade, tanto com pessoas com que compartilha sua condição social e *status*, quanto com aqueles tão diferentes de si próprio.

Ao oferecer sua “doação” de tempo, trabalho ou dinheiro, o voluntário impulsiona um circuito de reciprocidade e dádiva não só para quem ele assiste, mas no interior da própria associação. A tríade do dar/receber/retribuir não é somente exterior à associação – na relação com um outro estranho a si, seja pelo corte de educação, classe, renda ou origem social – mas ao nosso ver ela constitui o núcleo de sociabilidade e solidariedade que fornece tessitura às relações no interior dessas associações. O voluntário oferece gratuitamente à associação algo que vai ser percebido como extremamente valioso, e que é valorizado, retornando para ele na forma de um reconhecimento simbólico (quando para alguns representa um acúmulo de conhecimento técnico e profissional sobre o funcionamento desse tipo de iniciativa), afetivo (quando publicamente em reuniões, ou nos informativos e documentos, seus nomes são citados). Há algo que remete por um lado a um empoderamento profissional, e por outro a um reconhecimento pessoal. Essas associações representam laboratórios de sociabilidade e formas de gestão, que fornecem significados que qualificam os quadros para o chamado terceiro setor, e remetem a um apoio social para os próprios voluntários, que em um determinado período da vida se percebem sozinhos, aposentados e de alguma maneira têm supridas necessidades financeiras. Dessa maneira, fica ressaltada a dimensão central da dádiva⁵: a dimensão das obrigações e dos vínculos de compromisso com uma causa reúne a diversidade dos interesses em torno de uma motivação identificada como nobre e comum, que gera pertencimento e reconhecimento. A nobreza da tarefa de ajudar, de trabalhar voluntariamente, de fazer parte de um circuito de dádiva a um estranho, marcado pela doença e pela pobreza, se reúne a uma dimensão importante para essas pessoas: que é a construção, e em alguns casos, a criação e reconstrução de relações interpessoais que dessem sentido e fundamento a sua ação e existência no mundo. Nesse sentido da solidariedade ao outro, da relação de alteridade para com um estranho, como uma categoria mais comumente referida, percebemos um deslocamento para temas referentes à sociabilidade como um elemento que daria à informalidade das redes de amizade, vizinhança e parentesco, um caráter ins-

titucionalizado. Existe na perspectiva de gestão dos “Res” a preocupação comum em reconhecer organizacionalmente um organograma com cargos e conselhos consultivo e financeiro, até pela necessidade formal dos estatutos e certificações. Mas, acima de tudo, há a preocupação em preservar as relações face a face, a proximidade entre quem está gerindo e representa a associação e quem cotidianamente a constrói durante os atendimentos com a clientela-alvo. Isso porque o que está na base de fundação da ação social é a voluntariedade¹² e a dádiva^{5,8}, pautada nos vínculos primários e nas redes informais de confiança e reciprocidade. Não só os assistidos se beneficiam das ações de empoderamento, de aquisição cívica, mas os voluntários, com seu interesse em ajudar fruto de um processo de interação social e autorreflexão sobre a trajetória pessoal. A relação provocada pelo presente oferecido, e como esse presente provoca por um lado o vínculo e a aliança, e por outro congrega do seu doador uma vida. Essa análise tem um alcance importante no estudo sobre a voluntariedade na ação dos “Res”, já que no caso da ação voluntária, o oferecido não é o dinheiro, mas um bem necessário à sobrevivência, ou ainda o próprio trabalho e tempo no atendimento às demandas da organização e aos assistidos. A dádiva funciona como um operador do laço social, e nela há um interesse cujo impulso é o de agregar valores de conteúdo^{7,9}, referidos a tudo aquilo que permite uma apresentação de si. A estrutura dádiva remete ao interesse cuja característica maior é o retorno à dimensão humana, qualificada como antiacumuladora (oposta à lógica mercantil), unilateral (oferecida independente do retorno imediato, que instaura uma dívida a ser respondida, a longo prazo), e por fim antiutilitária. Enquanto uma relação, a dádiva pressupõe uma reciprocidade, que é construída *a posteriori*, e não algo obrigatório. Diferentemente da filantropia e da caridade, cujos ideais remetem a um desprendimento de si, a um desinteresse e uma atribuição de sentido a alguém que é considerado carente, os “Res” investem na aquisição e no aprendizado, no empoderamento cívico.

No contato com os dirigentes/fundadores das associações, foi possível identificar a emergência de componentes que mobilizam a relação entre mulheres de extratos sociais diferentes na direção de um incremento da reflexão sobre a trajetória de vida, reformulação de perspectivas de mundo, construção de projetos. As mulheres voluntárias tomam contato com os efeitos da pobreza e da doença sobre o núcleo familiar da clientela assistida. E nesse núcleo se destaca a

posição da mulher, mãe e, muitas vezes, se já não era, se torna chefe de família em função da existência de um filho com uma doença grave e crônica, que provoca o abandono do homem dos encargos emocionais e econômicos. Uma criança pobre e doente complexifica as dificuldades para o núcleo familiar e, dependendo da doença da criança, a intensidade de cuidados e os gastos a eles associados demandarão a permanência de uma pessoa especialmente dedicada ao seu tratamento. Ao ver seu filho adoecido gravemente, muitas vezes o homem não consegue compartilhar essa experiência e seus desafios com sua mulher, e acaba por abandonar a casa e o filho, gerando uma sobrecarga emocional, financeira e de trabalho para a mulher. Tal efeito contribui para o fenômeno das mulheres chefes de família que, além de assumir os cuidados com os filhos e a casa, ainda têm que se envolver com o sustento da mesma de maneira única. Isso porque a saúde é uma das dimensões da vida humana que mais sofre os reflexos dos mecanismos sociais de produção de exclusão e desigualdade.

Conclusão: a politização da solidariedade e a redescoberta da alteridade

A laicização da solidariedade, não mais objeto concentrado de instituições de base filantrópica e de caridade, no âmbito das leituras religiosas, aponta para algo que podemos denominar como a politização da solidariedade², através da associação entre atores sociais diversos e projetos políticos também diversificados, que constroem territórios híbridos, ativando o cotidiano, e a dimensão relacional que o constitui. Nesse sentido laico, a solidariedade ganha a política cotidiana e o mundo dos valores compartilhados. Essa politização da solidariedade engloba o poder de organização e sociabilidade⁹, *locus* onde as pessoas podem exercer a reciprocidade. Interessa ser solidário, mas antes de tudo buscar na expressão organizada e coletivizada essa solidariedade que não funciona somente para o outro que é pobre e assistido, mas fundamentalmente para quem se organiza e experimenta esse exercício de associação.

Para além das semelhanças ou pontos convergentes entre a ação dos “Res” e a “Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida”, trabalhadas anteriormente, é possível ressaltar que a voluntariedade como ponto comum às duas experiências ganha em diferença pela forma como esses grupos se organizam e desenvolvem suas intervenções. A ação social dos “Res” traduz-se

no discurso de seus dirigentes pela linguagem dos vínculos que reúnem sociabilidade e voluntariedade, se afastando das leituras da ação social mediada pelas dimensões do custo e benefício, e se aproximando de leituras remetidas ao nível microsociológico, das ações em rede, da informalidade que caminha *pari passu* com a institucionalização. Ou seja, sintonizados com uma conjuntura macrosocial em que as políticas sociais são minimalistas e compensatórias (e, portanto, eles mesmos se incumbem dessa tarefa em sua metodologia), ao mesmo tempo se aproximam de um ideário da pessoa moderna em que a vontade surge de uma relação entre uma interioridade, no sentido existencial, de um voltar-se para si e deslocar-se ao mesmo tempo de suas próprias referências a fim de alcançar, via a responsabilidade de uma ação para com o outro, junto a seus pares, uma verdade que atribui sentido à existência pública. Nessa existência pública, apontar para a cidadania do segmento assistido pode vir a significar descobrir-se também cidadão, com responsabilidades frente ao outro e frente ao Estado, e cobrar do outro essa “consciência”. A dimensão da representação funcional ocupa um papel significativo nesse espaço de empoderamento das famílias, que possibilita a construção da dimensão da cidadania como um projeto da associação, o que contribui para a visibilidade do segmento assistido em espaços públicos – ainda de forma incipiente – e na sociedade por meio das divulgações e recrutamento de voluntários nas redes de sociabilidade formais e informais. Já na “Ação da Cidadania”, fica ressaltada a perspectiva campanhista, de uma tradição que permite um engajamento em uma ação política de grande apelo social, e que, portanto, ultrapassa fronteiras institucionais ou identitárias. Uma certa falência no projeto original – que tem por base um doador que desconhece quem vai receber sua doação – faz com que sejam repensadas estratégias no sentido de fortalecer um circuito de trocas, onde o pobre recebe algo que

vai lhe “saciar a fome” mas também vai poder oferecer sua capacidade para trabalhar em prol de sua autonomia. E aqui ressalto a importância de associar às iniciativas voluntárias a perspectiva de um circuito de trocas, às custas de recairmos em ações de benemerência, que reativam a filantropia. Em trabalho anterior, assinalamos o papel ocupado pelo fortalecimento e mobilização das redes sociais em favor dos laços associativos na produção de um processo de empoderamento que reverte para a ajuda mútua, a autoajuda e a política de representação funcional de segmentos populacionais em desvantagem social e para as próprias pessoas envolvidas com a ação de apoio social².

No que se refere à perspectiva comunitária e de abordagem de redes sociais, é possível indicar com base na análise da ação dos “Res” que há um entrelaçamento entre as situações de iniquidade social (renda, acesso aos equipamentos sociais, habitação, alimentação, saneamento) e a situação de saúde, de tal forma que o nascimento e/ou presença de um filho portador de uma doença crônica na família deflagra muitas das vezes o esgarçamento dos laços afetivos no interior da família – com o abandono do homem da relação de contribuição financeira, material e afetiva, e a correlativa tomada de responsabilidade da mulher no sustento e nos cuidados com a saúde da criança e de outros filhos – e dos laços de coesão social ampliada. Ao mesmo tempo, identificamos que quando os trabalhos associativos investem nesses segmentos familiares menos favorecidos e que possuem crianças e/ou adolescentes com doenças crônicas, uma de suas linhas de ação se volta para a religação dos laços comunitários, reativando a solidariedade e a inserção social. Dessa forma, a solidariedade, a confiança e a ajuda mútua se configuram em elementos importantes de produção de capital social, contribuindo para o aumento da visibilidade social e da organização política.

Referências

1. Arretche M. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*. teorias explicativas. *BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* 1995; 39:3-40.
2. Moreira MCNM. *A dívida da saúde: sociabilidade e voluntariedade na construção do associativismo dos "Res"* [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro; 2005.
3. Magalhães R. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *Cad Saude Publica* 2002; 18:121-137.
4. Carvalho MCB. A participação do voluntário cidadão na política social municipal. In: Perez C, Junqueira LP, organizadores. *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura; 2002.
5. Mauss M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires; 1960.
6. Barros E. O gasto federal em saúde com crianças e adolescentes. In: Rocha PE, organizador. *Políticas públicas sociais: um novo olhar sobre o orçamento da União, 1995/98*. Brasília: INESC; 1999.
7. Simmel G. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2006.
8. Mauss M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify; 2003.
9. Simmel G. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente; 1927.
10. Werneck Vianna L, Carvalho MAR. Experiência brasileira e democracia. In: Cardoso S, organizador. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2004.
11. Andrade G, Vaitsman J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Cien Saude Colet* 2002; 7(4):925-934.
12. Melucci A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes; 2001.

Artigo apresentado em 14/05/2007

Aprovado em 28/11/2007